

CIDADES

GOVERNO RURAL

Produtores rurais terão as propriedades regularizadas por licitação da Terracap. GDF investirá R\$ 23 milhões em obras no campo

DF - Agricultura

Pacote agrícola para o DF

ADRIANA BERNARDES

DA EQUIPE DO CORREIO

Os cerca de 4 mil produtores das áreas rurais do Distrito Federal finalmente terão as propriedades regularizadas. O governador José Roberto Arruda determinou ontem o início da licitação dos imóveis rurais em terras do GDF. Os agricultores terão direito de preferência na compra e o valor será o de terra nua, em torno de R\$ 1.650 por hectare. Só será beneficiado quem estiver dentro dos critérios estabelecidos pela equipe de governo. Entre eles, estar há mais de cinco anos na propriedade, que deverá ter, no mínimo, dois hectares por módulo. Essa foi uma das medidas anunciadas durante o programa Governo Rural, uma versão do Governo nas Cidades.

Arruda anunciou um pacote agrícola para o Distrito Federal que prevê investimentos de cerca de R\$ 23 milhões em diferentes obras nas regiões rurais. Entre elas, a recuperação e o asfaltamento de estradas e rodovias estaduais; a compra de sementes, adubos e mudas para distribuição entre os pequenos produtores; a construção e reforma de áreas de esporte e de cultura, além da construção de abrigos de ônibus e perfuração de poços artesianos (confira quadro com as medidas).

Com o pacote anunciado ontem, o governo espera aumentar a produtividade da agricultura no DF. Na avaliação de Arruda, a regularização fundiária foi o anúncio mais importante do dia. "Fizemos justiça aos agricultores honestos que não parcelaram a terra nem construíram condomínios irregulares. Isso sim, é reforma agrária. Não trouxemos ninguém de fora", destacou Arruda.

Os agricultores interessados em participar da licitação deverão procurar a secretaria de Agricultura ou a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) para inscrever o imóvel no processo licitatório. O primeiro edital será lançado no início de dezembro e deve englobar 23 grandes fazendas. Segundo o presidente da Terracap, Antônio Gomes, em janeiro haverá nova licitação. A meta é incluir outras 54 glebas. A

Cristiano Mariz/Especial para o CB



ARRUDA: JUSTIÇA AOS AGRICULTORES QUE NÃO PARCELARAM A TERRA NEM CONSTRUÍRAM CONDOMÍNIOS IRREGULARES

partir de então, um edital será lançado a cada dois meses até que todos os imóveis passem pela concorrência pública e os produtores conquistem definitivamente a escritura.

A expectativa do GDF é que as medidas se reflitam na próxima safra. "Acreditamos que haverá um aumento de, no mínimo, 15% da produção. Com a regularização fundiária, o produtor poderá fazer empréstimo. Isso não era possível porque ele não tinha a escritura do imóvel para dar como garantia", detalhou o vice-governador, Paulo Octávio.

Reivindicações

Assim como ocorre no Governo das Cidades, as lideranças apresentaram reivindicações à equipe de governo e fizeram denúncias. O presidente da Associação dos Frigoríficos da Região Integrada de Desenvolvimento do

Entorno (Ride), Leônidas Teixeira, afirmou que 40% da carne consumida pelos brasilienses não têm a origem comprovada. "É carne clandestina. E não adianta o Estado apenas apertar a fiscalização. É preciso também investir na indústria, criar incentivos para o setor", cobrou. Arruda determinou à equipe de governo que estude meios de combater o abate e venda de carne clandestina. "A melhor alternativa é reduzir o tributo. Porque aí todo mundo vem para a formalidade", defendeu Arruda.

A construção de barragens ao longo do Rio Preto também foi reivindicada. A agricultora Alice Bertolo argumentou que elas são importantes para armazenar a água da chuva e para a irrigação da lavoura. Arruda lembrou aos agricultores que, após o escândalo envolvendo a Construtora Gautama, o GDF rescindiu o con-

trato com a empresa e irá retomar as discussões com as secretarias envolvidas no projeto. Mas avisou que não serão obras gigantescas. "Faremos pequenas contenções que não prejudicarão o meio ambiente", disse.

Mais segurança, melhoria na telefonia rural, na distribuição de energia elétrica e investimento no Pólo de Floricultura foram alguns dos pedidos da Federação da Agricultura do Distrito Federal (Fape-DF). O presidente da entidade — que reúne 10 sindicatos e cinco cooperativas —, Renato Simplício Lopes, pediu a ampliação do número de postos de policiamento. Também pediu mais fiscalização da defesa sanitária animal e vegetal, além de sinalização e manutenção das estradas rurais. Em contrapartida, Renato Simplício anunciou que a Fape-DF será parceira de todas as escolas rurais do Distrito Federal.